



## Abrapp e Ancep pedem prorrogação do prazo para envio das demonstrações contábeis

20/03/2020

A Abrapp e a Ancep encaminharam correspondência para a Previc com solicitação de prorrogação do prazo para envio das Demonstrações Contábeis e aprovações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal das Entidades Fechadas de Previdência Complementar referente ao fechamento de 2019 que termina no próximo dia 31 de março. A proposta das associações é adiar o prazo máximo para envio das informações, no mínimo, em mais 30 dias, ou seja, para o dia 30 de abril, em virtude das dificuldades impostas ao setor por conta da pandemia de coronavírus (Covid-19).

“É uma solicitação para ampliação do prazo para o envio das informações devido às dificuldades de assinaturas de atas e reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. As entidades estão adotando planos de contingência para proteger seus colaboradores e dirigentes e, por isso, estão receosas de não conseguirem cumprir os prazos legais”, explica Luís Ricardo Marcondes Martins, Diretor Presidente da Abrapp.

O tema foi levado para discussão em reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Abrapp, realizada nesta quarta-feira, 18 de março, por videoconferência. O Conselho é composto por 25 entidades, com grande representatividade do sistema, e por unanimidade, manifestaram preocupação com o prazo. Por isso, orientaram o Diretor Presidente a apresentar o pleito à Previc. Durante o dia desta quinta-feira, 19 de março, a Abrapp recebeu inúmeras manifestações de nossas associadas, reforçando a necessidade de dilatação do prazo.

A Previc confirmou o recebimento da solicitação e seu Diretor Superintendente, Lúcio Capelletto se mostrou receptivo ao pleito. Ele destacou que estas informações são fundamentais, neste momento, até para subsidiar as ações de governo, no entanto, a Previc estuda a melhor forma de atender a solicitação.

**Pedido conjunto** - “Estávamos percebendo a preocupação de diversas entidades fechadas. Então, resolvemos enviar um pedido conjunto das duas associações para dar maior representatividade junto à Previc”, comenta Roque Muniz de Andrade, Presidente da Ancep. Ele explica que com o advento da pandemia, as reuniões de conselheiros e de colaboradores ficaram prejudicadas, dificultando a elaboração e aprovação dos documentos para envio para a autarquia.

“Para prevenir o risco de contágio dos colaboradores, as entidades estão restringindo sua circulação e a mobilidade, o que deve atrasar os procedimentos para a elaboração e envio das informações em vários casos”, conta Roque. Ele ressalta a importância da iniciativa em parceria com a Abrapp para o envio do pedido.

Novo sistema - Outra dificuldade encontrada pelas entidades é a mudança no sistema de envio das informações, que está sendo realizado agora pela plataforma STA. A Previc também tem permitido o recolhimento de assinaturas e realização de reuniões dos conselhos pelos meios virtuais, o que em tese, facilitaria a aprovação.

A questão é que muitas entidades ainda utilizam os meios físicos e optam pela realização das reuniões presenciais e a mudança para os novos formatos exigiria maior tempo de adaptação. “A recente mudança na plataforma de envio das informações exige maior atenção e mais tempo para adaptação por parte das entidades”, defende Luís Ricardo.

Os pontos críticos são o parecer do Conselho Fiscal e a manifestação do Conselho Deliberativo, que são aprovados, na maioria das entidades, através de reunião presencial, explica Edgar Grassi, membro do Conselho da Ancep e Presidente dos Conselhos Fiscais da Abrapp, Sindapp, ICSS e UniAbrapp. “É comum que os representantes dos participantes nos conselhos venham de outras cidades. E sabemos que as viagens agora estão cada vez mais restritas”, comenta Grassi. **(Alexandre Sammogini/Acontece)**

## IBGC e Amec também pedem mais prazo para entrega dos demonstrativos

A exemplo da Abrapp, que enviou pleito à Previc pedindo que o prazo do próximo dia 31 para entrega dos demonstrativos seja postergado em função da crise do coronavírus, há outros setores trabalhando nesse mesmo sentido.

É que a Amec e o IBGC pediram à CVM a ampliação dos prazos para entrega das demonstrações financeiras pelas companhias abertas. O pedido foi feito pelas entidades em carta expressando preocupação com os impactos da pandemia de coronavírus e seus reflexos nos mercados de capitais. **(Valor Econômico)**

## Conselho de Contabilidade pede prorrogação dos prazos para cumprimento dos compromissos tributários

Nessa quarta-feira (18), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) enviou o Ofício n.º 347/2020 para a Receita Federal do Brasil (RFB) solicitando a prorrogação ou, até mesmo, a suspensão dos prazos de cumprimento das obrigações tributárias. No documento, o Conselho destaca os impactos da pandemia de coronavírus na saúde financeira e econômica das empresas, principalmente, nos pequenos negócios “que por não disporem de capital de giro suficiente para o enfrentamento de crises, estão sendo afetados diretamente com a queda no faturamento de suas receitas e, conseqüentemente, estão tendo comprometidas a honradez no pagamento de seus funcionários e na liquidação de impostos devidos”.

O texto ainda destaca a dificuldade que os contadores estão enfrentando para o exercício pleno da profissão. Isso porque as medidas de prevenção e combate à doença incluem limitação de circulação e contato social, o que impede a obtenção e preparo das informações necessárias para serem enviadas ao Fisco.

O CFC finaliza o texto ressaltando que acredita ser responsabilidade do Governo e das entidades unir forças em prol de iniciativas que contribuam para superação desse momento de crise, com os menores impactos possíveis, “propiciando a preservação da saúde financeira das empresas e, nesta solicitação em especial, a integridade da atuação dos profissionais da Contabilidade no desenvolvimento de suas atividades”, pontua. (CFC)

## Fundação Libertas volta a ter retorno com 2 dígitos

A Libertas, informa o site da revista Investidor Institucional, voltou a apresentar rentabilidade na casa de dois dígitos. Depois de fechar 2018 com retorno de 9,27%, resultado 3,27 pontos percentuais abaixo do ano anterior, a entidade apurou no ano passado um resultado de 10,39%.

Um resultado que chama a atenção é ter a carteira de estruturados, composta por cotas de fundos de investimentos em participações (FIPs), administrada por dez gestores, rendeu 174,32% entre janeiro de 2014 e dezembro de 2019.

Os recursos garantidores, da ordem de R\$ 3,45 bilhões, seguem fortemente concentrados em aplicações renda de fixa, que respondiam por 80,67% do bolo total em dezembro (**Investidor Institucional**)

